



Senado Federal

# CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 3/2/2002

CARGO:

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA 11 – ECONOMIA – MINAS E ENERGIA**

CADERNO DE PROVA:

**PRIMEIRA ETAPA – PARTE II**

**CEESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

**CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO**  
**ÁREA 11 – ECONOMIA – MINAS E ENERGIA**

## INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta da prova objetiva da Primeira Etapa – Parte II: **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

---

## AGENDA

- I **5/2/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **6 e 7/2/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **28/2/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para as provas discursivas.

---

## Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 DOS RECURSOS do Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
  - Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
  - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-



# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

**CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA 11 – ECONOMIA – MINAS E ENERGIA**

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará apenação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 51

O problema econômico básico, cuja solução depende da forma como as economias estão organizadas, gira em torno do binômio escassez e escolha. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- 1 Em uma economia descentralizada, a preocupação maior dos diferentes agentes econômicos é gerenciar o funcionamento do sistema de preços para, assim, garantir o bom desempenho das economias de mercado.
- 2 O problema econômico de como produzir determinado bem, expresso por meio da função de produção, ocorre somente quando o processo produtivo exclui qualquer possibilidade de substituição entre os fatores de produção.
- 3 Se a curva de possibilidades de produção for uma linha reta, o custo de oportunidade de se produzir determinado bem será constante.
- 4 Na guerra contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), o custo de oportunidade da produção de material bélico equivale ao valor dos bens e serviços a que se deve renunciar para se produzir esse tipo de material.
- 5 Políticas discriminatórias, com base em raça, gênero ou idade, por exemplo, impedem o uso eficiente dos recursos e fazem que a economia opere em um ponto interno da curva de possibilidades de produção.

### QUESTÃO 52

O modelo básico da oferta e da demanda é utilizado para analisar os mais variados problemas econômicos. Com base nesse modelo, julgue os itens seguintes.

- 1 No Brasil, a política de fixação de preços mínimos para determinados produtos agrícolas provoca excesso de demanda, permitindo, assim, o escoamento da produção dessas mercadorias.
- 2 Se a demanda por serviços bancários for inelástica, a informatização crescente desse setor conduzirá à redução do emprego dos bancários.
- 3 A elasticidade-preço de longo prazo da curva de oferta, para determinado bem, é superior à elasticidade de curto prazo, porque, no longo prazo, os fatores de produção podem ser ajustados.
- 4 No Brasil, a redução do preço do petróleo e a recente valorização do real frente ao dólar deslocam a curva de oferta de gasolina para cima e para a esquerda.
- 5 O crescimento da indústria turística no Nordeste brasileiro explica-se, em parte, pelas elevadas elasticidades-renda que caracterizam esses serviços.

### QUESTÃO 53

A análise das estruturas de mercado, tanto competitivas quanto não-competitivas, é fundamental para o entendimento da formação do sistema de preços. Com relação a esse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Em mercados competitivos, o fato de as firmas individuais serem tomadoras de preço (*price takers*) faz que a curva de demanda com a qual essas firmas se confrontam seja perfeitamente elástica.
- 2 Em uma indústria competitiva, caracterizada pela existência de custos decrescentes, a curva de oferta de longo prazo é negativamente inclinada.
- 3 Sairá do mercado a firma competitiva que auferir lucros econômicos nulos no longo prazo.
- 4 Na concorrência monopolista, a maximização dos lucros requer que as empresas fixem o preço do seu produto no nível do custo marginal.
- 5 Para permanecerem no mercado, as firmas que atuam em concorrência monopolista utilizam práticas de concorrência extrapreço, tais como a diferenciação do produto e o uso de publicidade.

### QUESTÃO 54

Em relação à estrutura de mercados monopolistas e oligopolistas, julgue os itens abaixo.

- 1 Nos mercados monopolistas, a receita marginal excede o preço do produto em virtude de a curva de demanda ser negativamente inclinada.
- 2 No setor de transportes públicos de massa, como o metrô, a existência de custos fixos elevados requer que esses custos sejam partilhados entre muitos produtores e, portanto, estimula a competição nesse setor.
- 3 O fato de as companhias aéreas reduzirem o preço das passagens quando da compra antecipada constitui exemplo de discriminação de preço, porque a demanda desses viajantes é mais inelástica em relação ao preço.
- 4 A fusão das empresas Brahma e Antártica em uma única empresa, a AmBev, explica-se, em parte, pela existência de economias de escala que permitem que o custo da produção conjunta seja inferior à soma dos custos de produção das empresas quando elas operam independentemente.
- 5 O enfraquecimento da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), na década de 80 do século passado, deve-se ao fato de ela representar uma estrutura oligopolista não-colusiva.

**QUESTÃO 55**

A teoria macroeconômica estuda o comportamento dos grandes agregados econômicos. Utilizando os conceitos básicos dessa teoria, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Quando um investidor norte-americano compra ações da EMBRAER no mercado acionário brasileiro, isso representa, para as contas nacionais, um aumento do investimento nacional bruto.
- ❷ De acordo com a lei de Okun, se a taxa de desemprego aumentar em 4%, o produto nacional bruto (PNB), em termos reais, será reduzido na mesma proporção.
- ❸ Considerando que o PIB nominal de 2000 foi superior ao PIB nominal verificado em 1999, é correto concluir que houve aumento da produção nesse período.
- ❹ Os aumentos dos preços dos produtos importados, quando geram redução do consumo dessas mercadorias, contribuem para aumentar o viés de substituição associado à mensuração dos índices de custo de vida.
- ❺ A taxa natural de desemprego é aquela que prevalece quando a economia está produzindo no nível de seu produto potencial.

**QUESTÃO 56**

A análise do consumo, da poupança e do investimento, variáveis macroeconômicas básicas, permite o entendimento da determinação da renda e do produto de equilíbrio. A respeito dessas variáveis, julgue os itens a seguir.

- ❶ Quando o consumo total é reduzido, em decorrência de uma crise de confiança do consumidor, a qual ocorre com a renda corrente inalterada, isso representa uma evidência de que o consumo total é influenciado não apenas pela renda corrente, mas também pela riqueza total.
- ❷ De acordo com a hipótese do ciclo de vida, o consumo depende tanto da renda quanto da riqueza dos consumidores e implica, também, que a poupança varie, ao longo da vida, de maneira previsível.
- ❸ De acordo com a visão keynesiana do consumo, as propensões média e marginal a consumir aumentam quando a renda se eleva.
- ❹ Quando a produtividade marginal do capital excede o custo do capital, as empresas tendem a reduzir o estoque de capital, contraindo, assim, o investimento líquido.
- ❺ Uma redução da taxa de juros real, ao diminuir o custo do capital, desloca a função investimento para cima e para a direita.

**QUESTÃO 57**

O estudo da demanda e da oferta agregada é crucial para a elaboração de políticas macroeconômicas apropriadas. A esse respeito, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Quando a queda da inflação no Brasil conduz à redução das taxas de juros e à depreciação do real, o aumento das exportações líquidas daí decorrente provoca expansão da demanda agregada.
- ❷ Aumentos da produtividade agrícola que se traduzam em rendas mais elevadas para os agricultores deslocam a curva de oferta agregada para cima e para a esquerda.
- ❸ No Brasil, a indexação das faixas de renda para o imposto de renda de pessoa física (IRPF), ao reduzir o imposto pago pelos contribuintes, aumenta a demanda por bens e serviços e desloca, assim, a curva IS para a esquerda.
- ❹ A curva LM é ascendente porque, quanto mais elevado for o nível da renda, maior será a demanda por saldos monetários reais e, portanto, maior será a taxa de juros de equilíbrio.
- ❺ Quando o investimento autônomo aumenta, a produção de equilíbrio aumentará à medida que a propensão marginal a poupar for menor.

**QUESTÃO 58**

As políticas fiscais e monetárias constituem importante instrumento da ação do governo para a estabilização econômica. Com relação a esse assunto, julgue os itens abaixo.

- ❶ Ocorre efeito deslocamento (*crowding out*), quando o aumento dos gastos públicos eleva a renda, desloca a demanda de moeda para a direita, aumenta a taxa de juros e reduz o investimento privado.
- ❷ O *trade-off* entre inflação e desemprego, sumariado na curva de Phillips de curto prazo, será mais elevado caso sejam utilizadas políticas monetárias, em vez de políticas fiscais.
- ❸ No longo prazo, políticas monetárias expansionistas são inoperantes porque se traduzem em um nível de preços mais elevado, de forma a garantir o equilíbrio no mercado monetário.
- ❹ Os monetaristas, assim como os novos clássicos, acreditam que as flutuações econômicas devem-se à adoção de políticas fiscais e monetárias inapropriadas.
- ❺ Para os defensores da abordagem das expectativas racionais, a taxa de sacrifício exigida para reduzir a inflação é mais elevada que as estimativas tradicionais, que levam em conta o fato de a inflação esperada depender da inflação passada.

**QUESTÃO 59**

O balanço de pagamento registra, de forma detalhada, a composição da conta-corrente e das várias transações que a financiam. Nesse contexto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Quando um brasileiro compra livros e CDs na livraria virtual sediada no exterior, essa transação é registrada na conta de capital do balanço de pagamentos brasileiro.
- ❷ *Ceteris paribus*, a recessão econômica que está ocorrendo nos EUA, ao contribuir para aumentar as exportações líquidas, tende a reduzir o déficit no balanço comercial norte-americano.
- ❸ As doações feitas pelo governo brasileiro aos refugiados afegãos são debitadas no balanço das transações correntes.
- ❹ Quando a poupança doméstica é superior ao investimento doméstico, a economia apresenta um déficit no balanço comercial.
- ❺ O desequilíbrio das contas públicas reduz a poupança doméstica, aumenta as taxas de juros e deprecia a moeda nacional, produzindo, assim, déficits externos recorrentes.

**QUESTÃO 60**

O estudo dos fenômenos monetários é fundamental à compreensão do funcionamento das economias de mercado. Em face desse assunto, julgue os itens abaixo.

- ❶ Entre as funções do Banco Central do Brasil (BACEN), listam-se a emissão de papel moeda, a realização de operações de redesconto, a administração das reservas cambiais, a fiscalização das bolsas de valores e a regulação do crédito e das taxas de juros.
- ❷ A inflação incentiva a poupança doméstica porque aumenta a taxa líquida de retorno das aplicações financeiras.
- ❸ Quando a razão reserva-depósito é reduzida, o multiplicador monetário eleva-se, contribuindo, assim, para a expansão do estoque monetário.
- ❹ Políticas que aumentem a competitividade das exportações podem, também, no curto prazo, aumentar o *trade-off* entre inflação e desemprego.
- ❺ Como a velocidade-renda da moeda é constante, conforme postula a teoria quantitativa da moeda, a taxa de inflação é controlada pelo BACEN, visto que é essa instituição que controla, também, a oferta monetária.

**QUESTÃO 61**

Acerca da economia brasileira, julgue os itens seguintes.

- ❶ A maciça substituição de importações no período de 1974 a 1984 ocorreu, predominantemente, no campo dos insumos básicos e, em menor medida, nos bens de capital.
- ❷ Após 1994, a queda da inflação, decorrente da implementação do Plano Real, deveu-se, entre outros fatores, à adoção da chamada âncora cambial e às baixas taxas de juros praticadas durante o período.
- ❸ Ao combinar a idéia de inércia inflacionária com a idéia de que a causa primária da inflação encontrava-se no ônus das dívidas interna e externa, o Plano Collor obteve uma redução duradoura das taxas de inflação.
- ❹ A reação da economia brasileira, após o primeiro choque do petróleo, em 1973, consistiu na decisão do governo de frear o ritmo de crescimento econômico e proceder a um ajuste fiscal da economia.
- ❺ No período de 1979 a 1985, em virtude das altas taxas de juros externas, a condução da economia brasileira subordinou-se aos problemas do balanço de pagamentos oriundos, em grande parte, da dívida externa.

**QUESTÃO 62**

A análise do funcionamento do setor público brasileiro é fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico do país. Julgue os itens abaixo, referentes a esse assunto.

- ❶ A razão da dívida pública em relação ao PNB, que mensura a magnitude da dívida relativa ao tamanho da economia, diminui quando a taxa de crescimento da economia eleva-se e quando o superávit primário aumenta.
- ❷ No Brasil, as necessidades de financiamento do setor público são contabilizadas pelo conceito de competência contábil, incluindo-se, aí, as despesas com juros.
- ❸ De um modo geral, de meados de 1980 até meados de 1990, a dívida externa líquida do setor público foi perdendo importância relativa.
- ❹ O programa de privatização brasileiro visava, por meio da venda dos ativos produtivos do setor público, gerar recursos que seriam destinados à redução do estoque da dívida pública.
- ❺ A partir de 1990, o governo federal passou a controlar, diretamente, uma maior parcela dos recursos públicos, facilitando, assim, a tarefa de estabilizar a economia.

Após a descoberta do petróleo em quantidade comercial por Edwin L. Drake em 1859, a febre dos *wildcaters* alcançou o distante Brasil, onde as possibilidades de se encontrar o “ouro negro” eram totalmente desconhecidas. Desse período, datam as primeiras referências acerca das iniciativas de desenvolvimento de uma indústria petrolífera no Brasil.

Principia-se então, ainda no período imperial, a crônica do petróleo no Brasil, com seus períodos e fases exploratórias e políticas representadas, em uma reconstituição estruturalista, no quadro a seguir.

períodos	fases
livre-iniciativa (1864-1939)	I levantamentos geológicos (1864-1919)
	II reconhecimentos geológicos (1920-1933)
	III seleção de áreas exploratórias (1933-1939)
controle pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) (1939-1953)	IV organização do CNP (1939-1946)
	V expansão de atividades do CNP (1946-1951)
	VI integração de atividades do CNP (1951-1953)
monopólio da PETROBRAS (1953-1997)	VII implantação da PETROBRAS (1954-1964)
	VIII integração da PETROBRAS (1964-1972)
	IX expansão e internacionalização da PETROBRAS (1972-1997)
pós-monopólio da PETROBRAS (1997 até o momento)	X flexibilização do monopólio, criação e consolidação da ANP

Ilmar Penna Marinho Júnior. **Petróleo: política e poder**, 1989, p. 214-5 (com adaptações).

Considerando as informações do texto acima, julgue os itens a seguir.

- ❶ Ainda no período da livre-iniciativa, com a Constituição Republicana de 1891, substituiu-se o tradicional sistema fundiário do Império, ou direito de acessão, que atribuía ao proprietário do solo a propriedade do subsolo e de suas riquezas, pelo regime de dominialidade das minas pelo Estado.
- ❷ Ao final do período da livre-iniciativa o Estado consolidou sua atividade somente nas áreas de concessões e de fiscalização das companhias privadas. Por outro lado, as principais empresas que atuavam no setor alardeavam intensa propaganda de suas ocorrências ou exudações de óleo, denominadas de “mina de petróleo”; depois, por meio de seguidos comunicados da bolsa de mercadorias, arregimentaram capitais e empreenderam, com o apoio do consagrado escritor Monteiro Lobato, a perfuração do poço n.º 163, em Lobato, na Bahia, que, em 1939, verteu petróleo de sua boca.
- ❸ A agitação da opinião pública provocou uma intervenção mais efetiva do governo federal, que, por meio de decreto-lei, em 1938 criou o CNP, entidade exclusivamente voltada para a ação e o controle do setor petrolífero no país. Nesse mesmo decreto-lei, o governo declarou a utilidade pública do abastecimento nacional de petróleo e nacionalizou a indústria de refinação.
- ❹ Na fase de integração de atividades do CNP, se o setor privado conseguia ampliar sua capacidade de refino com novas concessões — Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A., no Rio de Janeiro, Refinaria e Exploração de Petróleo União, em Capuava, e Refinaria I. B. Sabbá, em Manaus —, o setor público expandia ainda mais suas atividades petrolíferas integradas, da exploração ao refino, que, salvo na distribuição, já constituíam um monopólio de fato, em 1953, a cargo do CNP.
- ❺ Ao fim de grande polêmica e embate político travado no Congresso, venceu a tese nacionalista da campanha “O Petróleo é Nosso”. Com isso, em 1953, o presidente Getúlio Vargas sancionou, sem vetos, lei que instituiu o monopólio estatal da União no tocante a pesquisa, lavra, refino (respeitadas as concessões já outorgadas) e transporte do petróleo, a ser exercido por uma sociedade de economia mista: a PETROBRAS. Iniciou-se, então, o período do monopólio da PETROBRAS, que, solidamente implantada, atuou de forma exclusiva nessa área, sem nenhuma exceção, até que outra lei, em 1997, retirou-lhe o monopólio.

**QUESTÃO 64**

Julgue os itens abaixo, relativos aos preceitos constitucionais da Carta em vigor, que regulam as atividades nos setores de mineração e do petróleo.

- ❶ As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, mas é garantida ao legítimo concessionário a devida participação no produto da lavra.
- ❷ A pesquisa e a lavra de recursos minerais poderão ser efetuadas mediante autorização e concessão da União, no interesse nacional, única e exclusivamente por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país.
- ❸ É assegurada ao proprietário do solo participação nos resultados da lavra, na forma e no valor que a lei dispuser.
- ❹ Constituem monopólio da União: a pesquisa, a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, a importação, a exportação e o transporte do petróleo e seus derivados e do gás natural, além da pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.
- ❺ A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades que constituem seu monopólio, em condições dispostas em lei, de acordo com a Constituição da República.

**QUESTÃO 65**

Julgue os itens seguintes, acerca das regulamentações e das principais mudanças introduzidas na política energética nacional, referentes ao monopólio do petróleo, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 9, que modificou o art. 177 da Constituição da República, a Lei n.º 9.478/1997 e o Decreto n.º 2.455/1997.

- ❶ A Agência Nacional do Petróleo (ANP) tem por atribuição primordial a formulação e a avaliação de diretrizes e políticas públicas, relativas à regulamentação das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, com o objetivo de promover sua utilização de maneira racional e em benefício de todos.
- ❷ Cabe à ANP a administração de todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.
- ❸ As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida em lei; sendo que os mesmos poderão estender-se a outros recursos naturais, descobertos durante a pesquisa, desde que não venham a ferir direitos de prioridade, ficando, o concessionário, obrigado a informar a sua descoberta, prontamente, e em caráter exclusivo, à ANP.
- ❹ Nas definições técnicas regulamentadas na lei, o conceito de bloco, objeto das licitações e contratos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural é descrito como: “feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de petróleo ou gás natural”.
- ❺ De acordo com a lei, qualquer empresa ou consórcio de empresas, desde que sua constituição se dê sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, poderá submeter proposta à ANP, visando a respectiva outorga de autorização, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.

**QUESTÃO 66**

Julgue os itens abaixo, tendo em vista temas relativos ao atual processo de abertura do mercado brasileiro de óleo e gás, as regulamentações, os desafios regulatórios, a estrutura e o comportamento do setor.

- ❶ No *upstream*, embora a PETROBRAS atualmente detenha a maioria dos blocos produtores de óleo e gás, o desafio regulatório de promover a livre concorrência, atrair investimentos e ampliar a competitividade já está superado. Isso foi possível devido às regras e aos prazos estabelecidos nos contratos entre a ANP e a PETROBRAS, referentes às áreas em que a empresa atuou durante o monopólio, que induziram a empresa a fazer parcerias com várias outras companhias petrolíferas, para viabilizar a exploração e a produção nesse grande número de blocos. Além disso, os atuais processos licitatórios dão a mesma oportunidade a todas as concorrentes, mesmo sendo a PETROBRAS recumbente.
- ❷ No *midstream*, em que a PETROBRAS detinha toda a rede de transporte de gás até a recente construção do gasoduto Brasil-Bolívia, encontra-se um grande desafio regulatório atual. Como se trata de prestação de serviço de rede já implantada, a concorrência deve ocorrer na distribuição e não no transporte, garantindo-se o acesso aos gasodutos, mediante pagamento de aluguel, cujo valor não seja tão alto a ponto de inviabilizar a concorrência na distribuição, nem tão baixo a ponto de inibir investimentos em novos dutos.
- ❸ No *downstream*, o desafio regulatório de promover a livre concorrência, atrair investimentos e ampliar a competitividade passou pela implementação de diversas medidas no sentido de alterar-se a estrutura de preços, com a instituição de novas políticas, tais como desqualificação regional de preços, vinculação do preço de realização ao preço internacional e a redução do desequilíbrio da conta petróleo, derivados e álcool.
- ❹ O desenvolvimento da utilização de gás natural no Brasil está atrasado em pelo menos vinte anos em relação aos EUA e à Europa, que iniciaram essa utilização nas décadas de 50 e 60. Isso pode ser explicado pela natureza associada do gás nas bacias brasileiras, além da modesta razão reservas/produção que se manteve em torno de dezenove anos, nos últimos vinte anos.
- ❺ O perfil da distribuição do consumo de gás natural no Brasil, nos últimos vinte anos, apresenta significativa alteração em termos de redução no volume do gás não-aproveitado/injetado (de 51% para 31%) e o incremento de utilização no setor energético (de 12% para 29%).

Texto I

**Levantamentos geofísicos por ano relacionados à exploração de óleo e gás**

Após o fim do monopólio da PETROBRAS, em 1997, e a primeira licitação de blocos exploratórios promovida pela ANP, os investimentos na exploração de petróleo no país, que estão intimamente relacionados à intensidade ou números da aquisição sísmica (quilômetros de linha), seguiram a tendência mostrada pelos gráficos abaixo, retirados do Anuário Estatístico da ANP.

Os dados proprietários (linhas sísmicas em 2 e 3 dimensões — 2D e 3D) — Gráfico II — são aqueles adquiridos pelas próprias empresas petrolíferas e utilizados em suas pesquisas, enquanto os dados especulativos (linhas sísmicas em 2 e 3 dimensões — 2D e 3D — mais gravimetria — Grav — e magnetometria — Mag) — Gráfico I — são aqueles das empresas especializadas em levantamentos e interpretação geofísicos (levantam os dados para depois vendê-los a vários possíveis clientes).

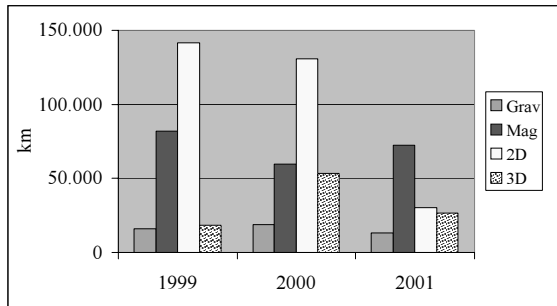
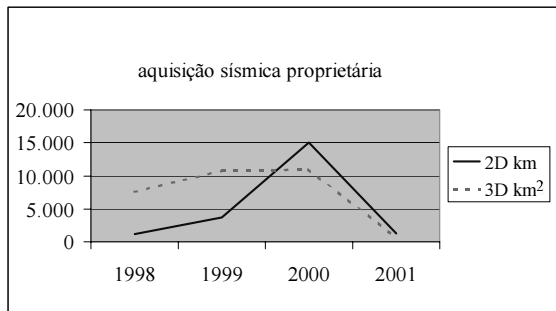


Gráfico I



Texto II

**PETROBRAS bate novo recorde**

A PETROBRAS alcançou, no último dia 27, um novo recorde de produção diária de petróleo, no Brasil, com a marca de 1 milhão 568 mil barris. O recorde anterior era de 1 milhão 560 mil barris, registrado no dia 20 de dezembro. A produção da Bacia de Campos — de 1 milhão 274 mil barris — constituiu também um novo recorde. O Rio Grande do Norte, junto com uma pequena produção do Ceará, é a segunda maior área produtora de petróleo do país, com 101 mil barris/dia, estando em terceiro lugar a bacia do rio Solimões, com 62 mil barris/dia.

A entrada em operação das plataformas P-40 e P-35, no campo de Marfim Sul, no último dia 16, contribuiu significativamente para esse feito. Com apenas doze dias de produção, esse sistema, que contempla a produção de três poços, atingiu a vazão de 78 mil barris por dia, dos quais cerca de 40 mil barris provenientes de um único poço, o MLS-42, que registrou a maior produção de óleo já alcançada em um poço produtor em todo o território brasileiro, colocando-o entre os maiores poços produtores *offshore* do mundo.

**Royalties**

A PETROBRAS fecha o ano repassando R\$ 137,5 milhões para o governo estadual e municípios de *royalties* referentes à produção de petróleo e gás natural no ano de 2001. No mês de dezembro, foram destinados ao governo do estado mais de R\$ 7,2 milhões e para os municípios foram pagos R\$ 3,7 milhões, totalizando R\$ 10,9 milhões.

Desse valor acumulado de R\$ 137,5 milhões no ano, R\$ 90,1 milhões foram destinados ao governo estadual e R\$ 47,4 milhões aos municípios produtores de petróleo e gás natural. Isso significa um acréscimo de 7% em relação ao repasse total realizado no ano passado, que foi de R\$ 128,9 milhões.

Tribuna do Norte. Natal, 6/1/2002 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, considerando os textos I e II, relativos ao atual processo da abertura do mercado brasileiro de óleo e gás, as regulamentações e o comportamento do setor.

- 1 Em 1998, verificou-se, pelos gráficos do texto I, um baixo esforço exploratório no setor de petróleo, atribuído ao ceticismo no início da abertura do setor de petróleo no Brasil e também aos baixos preços internacionais. A partir de 1999, ocorreu um grande crescimento da atividade exploratória. Isso pode ser explicado, principalmente, pelos altos investimentos feitos no país pelas empresas multinacionais de levantamentos e interpretação geofísicos, as quais vislumbraram, no Brasil, um grande mercado com demanda reprimida pelo monopólio, a ponto de o país chegar a abrigar a maior frota de navios de levantamentos geofísicos do mundo.
- 2 A queda nos investimentos mostrada nos gráficos do texto I, a partir de 2001, indica que, após a licitação das principais áreas com potenciais exploratórios, houve uma queda no interesse da indústria petrolífera internacional em investir no país, principalmente em razão da crise argentina.
- 3 A reportagem do texto II confirma a atual tendência de contínuo aumento na produção nacional de petróleo, ainda alavancado pela PETROBRAS. Além da produção, as reservas vêm crescendo, apesar das contínuas denúncias de corte de pessoal e de investimentos por parte da estatal. Com o fim do monopólio, a regulamentação e a introdução da concorrência na indústria do petróleo, as empresas melhoraram seu desempenho, definindo objetivos e canalizando investimentos. A PETROBRAS, principalmente, dirigiu seus investimentos na descoberta de novos campos em bacias até então pouco exploradas e fechou parcerias com empresas de alta tecnologia para a melhoria na produção dos campos maduros.
- 4 O contrato de concessão disporá acerca das participações governamentais na produção de petróleo ou gás natural, que devem estar previstas no edital de licitação, as quais são: o bônus de assinatura, a participação especial, os *royalties* e o pagamento pela ocupação da área, sendo que só os dois últimos deverão constar obrigatoriamente do contrato.
- 5 Os *royalties* serão pagos mensalmente, em montante correspondente a 10% da produção de petróleo e gás natural. Entretanto, a ANP poderá prever em edital a redução desses valores, tendo em vista os riscos geológicos e outros fatores, a um valor mínimo de 5% da produção.



O petróleo é, reconhecidamente, a principal fonte de energia do mundo moderno. Nesse sentido, as relações entre as flutuações dos preços do petróleo e a economia mundial são de grande importância, tornando relevante a tentativa de definir as condições de contorno que ajudam a explicar a formação do preço desse produto no mercado internacional.

A análise do atual sistema de formação de preço do petróleo parte da idéia central de que a dinâmica da indústria petrolífera mundial (IPM) deve ser entendida sob a óptica da relação de forças existentes entre os seus agentes, que são: as grandes companhias petrolíferas internacionais, as *majors*; países em desenvolvimento, detentores de grandes reservas petrolíferas, reunidos na OPEP; outros países produtores desenvolvidos ou em desenvolvimento; companhias petrolíferas independentes, de portes diferenciados; grandes países consumidores, industrializados e em desenvolvimento, pertencentes à Agência Internacional de Energia (IEA) e outros países consumidores em desenvolvimentos, não associados à IEA. Essa relação se estabelece em um quadro amplo de relações internacionais, econômicas e políticas. Dessa forma, o preço do petróleo resulta mais dos interesses e dos objetivos dos agentes dominantes do mercado que simplesmente do balanço entre a oferta e a demanda desse produto.

A modificação da estrutura de oferta e demanda por petróleo, a dimensão geopolítica desse mercado e as inovações tecnológicas e financeiras conduziram a um novo regime de formação dos preços do petróleo, a partir dos choques petrolíferos ocorridos nos anos 70.

Helder Queiroz Pinto Júnior e Luciana dos Santos Nunes  
 Dos choques petrolíferos à atual estrutura de preços do petróleo.  
 In: Revista Brasileira de Energia, v. 8, n.º 1, 2001 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens subseqüentes, a propósito dos fundamentos do sistema de formação de preços e da evolução econômica, tecnológica e geopolítica do mercado do petróleo.

- ❶ Após a Segunda Guerra Mundial, o petróleo passou a ser a maior fonte energética utilizada mundialmente, em um mercado inteiramente dominado pelas *majors*, que eram também as únicas a explorar o petróleo na maioria dos países do Oriente Médio. Com isso, só elas detinham informações acerca de reservas e custos de produção. Além disso, os sistemas de integração vertical e de transferência de preços (subsídios cruzados) adotados por elas geravam, além de uma estabilidade nos preços, uma maior assimetria de informações entre as mesmas e os países onde estavam instaladas, impedindo os governos a um real controle sobre a repartição das rendas geradas por seu petróleo.
- ❷ Influenciados pela onda de nacionalização que envolvia o mundo, os países do Oriente Médio produtores de petróleo promoveram uma estatização das companhias que atuavam em seus territórios, em um processo que se estendeu até a década de 70 do século passado. Ao mesmo tempo, criaram e fortaleceram a OPEP, que passou a controlar, na época, a maior parte das reservas e a produção no mundo. Essa organização, sem estabelecer nenhuma articulação entre oferta e demanda, fixava os preços do petróleo internacional em um patamar de acordo com seus interesses.
- ❸ Pode-se atribuir à OPEP grande parte da responsabilidade pelos choques do petróleo ocorridos em 1974 e em 1979. Esses choques fizeram que os demais agentes da IPM revisassem suas estratégias, forçando uma reestruturação das condições de base dessa indústria, focada na redução da dependência do petróleo do Oriente Médio, gerando novas ofertas excedentes e estabilizando a demanda. As estratégias que atingiram o novo contorno da IPM tiveram três dimensões principais: uma, geopolítica, tratando o assunto como estratégia de Estado; uma, tecnológica, buscando inovações na área de conservação de energia e na exploração e produção, como forma de aumentar a oferta fora dos países reunidos na OPEP; outra, financeira, trazendo novas formas de comercialização como, o *spot*, e proteções contra as volatilidades do mercado, como as *hedges*.
- ❹ Após a reestruturação da IPM, o preço internacional do petróleo passou a oscilar dentro de uma faixa larga, com um piso e um teto limites, com base em inúmeros fatores que se alteram ao longo do tempo. Na última década, o padrão normal de variação da banda ficou entre US\$ 15,00 e US\$ 25,00 por barril. A existência do piso atende aos interesses dos países detentores de grandes reservas petrolíferas, reunidos na OPEP, pois garante uma grande margem de lucro, tendo em vista seus baixos custos de produção; já o teto atende às *majors*, aos EUA e a outros grandes consumidores, de modo a não estimular substitutos para o petróleo nem provocar a estagnação econômica.
- ❺ Na atual estruturação da IPM, para se analisar a formação de preço do petróleo no mercado internacional é necessário conhecer os processos de formação de preço dos petróleos de referência, que funcionam como *benchmarks* e são formados no seio de mercados que apresentam características que os aproximam do mercado da concorrência perfeita, devendo, por isso, satisfazer algumas condições: ter grande número de participantes, ter informações disponíveis para todos os agentes, além de permitir arbitragem geográfica e temporal.

Desde a sua descoberta pelos portugueses, o Brasil foi alvo da cobiça das potências européias, pois, além das suas terras férteis para as culturas tropicais e da sua grande quantidade de madeira de lei e pau-brasil, a colônia americana representava uma possível fonte de metais (ouro e prata), que eram a base do sistema mercantilista da época. De modo que logo de início estabeleceu-se aqui o mercantilismo periférico, com o extrativismo de madeira e, em seguida, com a monocultura e indústria da cana-de-açúcar, financiada pelos holandeses. Devido às suas características, essa atividade não desenvolveu um mercado interno, nem fortaleceu a economia colonial, pois baseava-se na mão-de-obra escrava e servia somente como complemento da economia das matrizes européias.

O ouro, entretanto, só veio a ser descoberto em maiores proporções no final do século XVII, perto de Vila Rica, no atual estado de Minas Gerais, depois estendendo-se por Goiás e Mato Grosso, quando já estava em decadência a indústria açucareira, que perdia mercado para a emergente indústria caribenha, implementada diretamente pelos holandeses.

A mineração no Brasil Colonial influenciou, a partir daí, o curso dos eventos internos e externos. No plano interno, contribuiu de forma expressiva para o desenvolvimento do país. A capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, houve intensa migração interna de pessoas das fazendas e uma enorme imigração européia, todos atraídos pela febre do ouro. Estabeleceu-se uma crescente atividade comercial, agrícola e de pequena manufatura de apoio à atividade mineral, de modo que a colônia nunca mais foi a mesma.

Celso Furtado. **Formação econômica do Brasil**, 27.ª ed., 2000, Publifolha/Companhia Editora Nacional. **Estudos de política e economia mineral**. Ministério de Minas e Energia, v. 8, cap. 3 e Anexo IV, Brasília, 1995 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o desenvolvimento do país, julgue os itens seguintes.

- ❶ Não obstante as primeiras descobertas, ainda que pouco significativas, de ouro e ferro no Brasil do século XVI, as primeiras referências à legislação mineral datam do início do século XVII. Em 1603, foi emitido, sob a forma de lei, um documento legislando especificamente quanto à atividade garimpeira, caracterizando o primeiro regimento das terras minerais. Posteriormente, em 1618, foi elaborado o regimento das minas de São Vicente e São Paulo, restabelecendo a liberdade de exploração de jazidas, extensiva a índios e estrangeiros.
- ❷ Com a decadência da indústria açucareira, os governantes portugueses da segunda metade do século XVII concluíram que a única saída para a estagnação econômica da extensa colônia sul-americana era a descoberta de metais preciosos. Em 1674, a Carta Régia incentiva os colonos a saírem em busca de ouro. Então, o bandeirante Fernão Dias Paes Leme organizou uma Bandeira, que explorou por sete anos os vales dos rios das Mortes, das Velhas e Jequitinhonha, descobrindo as primeiras importantes jazidas de ouro.
- ❸ Após as primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais, elas se foram sucedendo, por Goiás e Mato Grosso, associando-se a descobertas de diamantes. A produção e a exportação cresceram por toda a primeira metade do século XVIII, atingindo o apogeu da economia mineira em torno de 1760, quando alcançou cerca de 2,5 milhões de libras. O declínio dos ricos depósitos aluvionares foi rápido, a ponto de, em 1780, não ultrapassar um milhão de libras. O resultado da decadência foi uma involução de um sistema de povoamento com alta produtividade, para uma população totalmente desarticulada, principalmente de origem européia, trabalhando em uma agricultura de subsistência e em garimpos de faiscação.
- ❹ Em 1808, chegou ao Brasil a família real portuguesa, fugindo das guerras napoleônicas. Aqui ela encontrou, após a decadência da mineração, uma colônia descapitalizada, fruto de anos de exploração econômica predatória, cuja única preocupação era a arrecadação de tributos, para o sustento do déficit comercial português com a Inglaterra. Iniciou-se, então, uma estruturação do setor mineral com a criação, em 1818, do Museu Real, além de outras iniciativas nos campos legislativo e de operações industriais, como a mina da passagem em Mariana – MG, sem contudo reativar essa economia, devido à falta de capital e tecnologia, além da dependência externa.
- ❺ Utilizando reservas monetárias acumuladas durante a Segunda Guerra, e atendendo às necessidades geradas pela crescente urbanização do país, iniciou-se o desenvolvimento da indústria de base e o planejamento do desenvolvimento do país, embora de forma ainda incipiente. Esse crescimento industrial aumentou a demanda por recursos minerais. Em 1942, foi criado o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), com as atribuições de proceder à fiscalização, ao controle e ao fomento da pesquisa e da lavra, estabelecendo-se as principais diretrizes da política mineral que se baseara no conhecimento dos recursos minerais, no aumento das exportações e na substituição das importações.

Os regimes de exploração e aproveitamento dos recursos minerais do país estão definidos e normatizados no Código de Mineração de 1967 (Decreto-lei n.º 227, de 28/2/1967), seu regulamento e legislação correlativa, que continuam em vigor com as alterações e as inovações introduzidas por leis supervenientes à promulgação da atual Constituição e suas emendas.

O Código de Mineração e o sistema legal relacionado conceituam a jazida e as minas, estabelece requisitos e as condições para obtenção de autorizações, concessões, registros, licenças e permissões, explicita os direitos e deveres dos portadores desses títulos minerários, determina os casos de anulação, caducidade dos direitos minerários e regula os vários aspectos da indústria mineral. Dispõem ainda, acerca da organização e das competências da administração dos recursos minerais e da fiscalização da atividade mineral do país.

*Idem, ibidem (com adaptações).*

**QUESTÃO 70**

Julgue os itens que se seguem, relativos às regulamentações em vigor, constantes do código citado no texto CE-I.

- ❶ São regulados pelo Código de Mineração os direitos quanto às massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, formando os recursos minerais do país, o regime de seu aproveitamento e a fiscalização pelos governos federal, estadual e municipal, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral.
- ❷ O Código de Mineração classifica as minas segundo a forma representativa do direito de lavra, em duas categorias: mina manifestada; mina concedida, quando o direito de lavra é outorgado pelo ministro de Minas e Energia.
- ❸ A autorização de pesquisa será outorgada pelo DNPM, a brasileiros, pessoa natural, firma individual ou empresas legalmente habilitadas, mediante requerimento do interessado, por um prazo não-inferior a um ano, nem superior a três, admitida sua prorrogação por prazo não-superior ao concedido inicialmente, tendo por base a avaliação mediante critérios estabelecidos em portaria do diretor-geral do DNPM, desde que se faça requerimento até sessenta dias antes do vencimento da autorização vigente, devidamente instruído com relatório dos trabalhos efetuados e justificativa do prosseguimento da pesquisa.
- ❹ Atualmente, a concessão de outorga para o aproveitamento de uma jazida por uma empresa ou firma individual depende exclusivamente de alvará de autorização de pesquisa do diretor-geral do DNPM e de concessão de lavra, outorgada pelo ministro de Minas e Energia.
- ❺ A jazida é bem imóvel, distinto do solo onde se encontra, não abrangendo à propriedade deste, o minério ou substância mineral útil que a constitui. O limite subterrâneo da jazida ou mina é o plano vertical coincidente com o perímetro definidor da área titulada, não estando prevista na legislação a fixação de limites em profundidade por superfície horizontal.

**QUESTÃO 71**

Julgue os itens a seguir, referentes ainda ao sistema legislativo citado no texto CE-I.

- ❶ A lavra é entendida, para fins do regime de concessão, como o conjunto de operações coordenadas objetivando a extração do bem mineral para o posterior aproveitamento industrial, que se inicia com o beneficiamento do mesmo. Considera-se, ainda, como mina a jazida em lavra, ainda que com a atividade suspensa.
- ❷ A caducidade da concessão de lavra é um ato do ministro de Minas e Energia por delegação do presidente da República, aplicável somente em quatro situações de extrema gravidade, após conclusão de processo administrativo instaurado pelo diretor-geral do DNPM. Uma dessas situações refere-se ao fato de a concessionária, apesar das sanções de advertência e multa, prosseguir no descumprimento dos prazos de início e reinício dos trabalhos de lavra.
- ❸ O DNPM é autarquia federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, administrada por uma diretoria colegiada, composta por cinco membros, mais um diretor-geral coordenador.
- ❹ O DNPM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa.
- ❺ Entre outras, são competências exclusivas do DNPM: promover a outorga, ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária; formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral.

**QUESTÃO 72**

Julgue os itens subseqüentes, considerando as regulamentações em vigor referentes aos encargos, contribuições, impostos, taxas e assemelhados a que está sujeita a atividade da indústria extrativa mineral no Brasil.

- ❶ Incidem sobre a indústria extrativa mineral os seguintes tributos e encargos de incidência geral, que são de competência federal: o imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), o imposto sobre produtos industrializados (IPI), a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL), a contribuição para o programa de integração social (PIS), a contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), além de outros encargos sociais como o FGTS e o INSS.
- ❷ O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de telecomunicação (ICMS), incide sobre a atividade mineral e constitui um tributo de incidência geral e de competência estadual.
- ❸ Como encargo específico da atividade de mineração, incide a compensação financeira sobre exploração de recursos minerais (CFEM), de competência federal, estabelecida pela Constituição de 1988, que é devida aos estados, ao Distrito Federal (DF), aos municípios e também a órgãos da administração direta da União, como contraprestação pela utilização econômica de recursos minerais em seus devidos territórios.
- ❹ A compensação financeira é calculada sobre o valor do faturamento líquido, obtido por ocasião da venda do produto mineral. Considera-se faturamento líquido o valor da venda do produto mineral, deduzindo-se os tributos que incidem na comercialização, como também as despesas com transporte e seguro.
- ❺ A alíquota incidente para CFEM é de 0,2% para pedras preciosas coradas, lapidáveis, carbonados e metais nobres; de 1% para ouro e de 2% para as demais substâncias. A participação da União é de 12%, por meio de seus órgãos da administração direta; 23% são do estado onde for extraída a substância mineral e 65% cabem ao município produtor. Ao DF, devido a sua natureza jurídica, cabe a acumulação das participações estadual e municipal.

**QUESTÃO 73**

No Brasil, o marco histórico institucional e legal da gestão dos recursos hídricos é o Código de Águas de 1934, ainda considerado, pela doutrina jurídica, como um dos textos modelares do direito positivo brasileiro. Na sua evolução, destacam-se: o Código de Águas Minerais de 1945, a própria Carta Constitucional e, por último, a Lei das Águas (Lei n.º 9.433/1997). Além desses, outros dispositivos legais e institucionais põem o Brasil, hoje, entre os países com melhores instrumentos de gestão dos seus recursos hídricos.

Ana Claudia B. Graf. *Água, bem mais precioso do milênio: o papel dos estados*. Seminário "Água, bem mais precioso do milênio". Brasília: CEJ, STJ, 2000, p. 31.  
Raymundo José S. Garrido. *Idem*, p. 8-12 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, com base na legislação e na regulamentação relativas ao domínio e à gestão da água no Brasil.

- ❶ A Constituição de 1988 alterou profundamente o domínio das águas no Brasil, que passou a ser público dos estados e da União. Nela, constam, como bens dos estados, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes ou em depósito, ressalvadas, nesse caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União. No domínio da União, estão os lagos, os rios e as águas em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.
- ❷ Pela redação do texto constitucional, não se admite a possibilidade da existência de águas municipais, no caso do rio nascer e desaguar no próprio município.
- ❸ O Código das Águas Minerais, Decreto-Lei n.º 7.841/1945, continua em vigor após a promulgação da Constituição de 1988. Esse código define juridicamente as águas minerais como aquelas proveniente de fontes naturais ou artificialmente captadas, que se diferenciam das águas comuns unicamente pela sua composição química, cujos padrões são definidos em lei.
- ❹ A água mineral é um bem mineral, portanto, um bem da União, sendo que o aproveitamento das suas fontes far-se-á pelo regime de autorização de pesquisa, seguido de concessão de lavra pelo ministro de Minas e Energia, instituídos pelo Código de Minas. Entretanto, na fase de lavra, essas concessões reger-se-ão pelo Código de Águas Minerais.
- ❺ Pela constituição de 1988, são bens da União os potenciais de energia elétrica e também os recursos minerais, inclusive os do subsolo. A legislação infra-constitucional prescreve que, após publicado o inventário dos potenciais hidrelétricos de uma região, os eventuais concessionários de geração de energia elétrica terão prioridade sobre os concessionários de autorização de pesquisa ou portaria de lavra, em caso de inundação ou áreas de servidão, cabendo-lhes a devida indenização pelos seus investimentos.

Após algumas experiências iniciais, consolida-se a partir de 1956 a experiência brasileira de planejamento do desenvolvimento, que pode ser dividida em quatro períodos.

**Primeiro período (1956/1971)**

- Plano de Metas (1956/1960);
- Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963/1965);
- Programa de Ação Econômica do Governo (1964/1966);
- Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968/1970);
- Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967/1976);
- Metas e Bases para Ação do Governo (1970/1972).

**Segundo período (1972/1985)**

Nesse período, o país efetivou os planos nacionais de desenvolvimento: I PND (1972/1974), II PND (1975/1979) e III PND (1980/1985).

**Terceiro Período (1986/1994)**

Embora tenha sido anunciado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986/1989), o período foi caracterizado por uma seqüência de planos, não propriamente de desenvolvimento, mas de estabilização econômica, requisito para o desenvolvimento. Esse objetivo somente foi atingido em 1993, com o Plano Real.

**Quarto período (1994/2003)**

- Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995);
- Plano Plurianual (PPA) (2000/2003).

Em termos setoriais, na área do desenvolvimento mineral, as diretrizes foram estabelecidas desde os primeiros planos citados acima. O Plano de Metas (1956) já enunciava o “fornecimento de insumos básicos para transformação industrial e para exportação”; o Plano Trienal (1963) propugnava pelo “conhecimento do potencial mineral do país, com ênfase para os recursos que oneravam a balança mineral”.

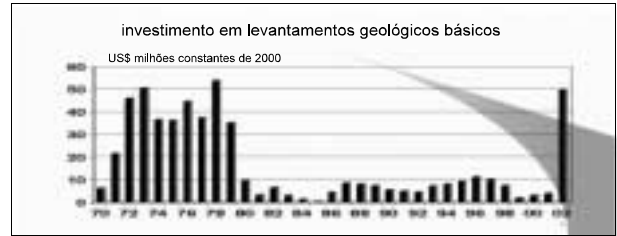
Seguiram-se os planos de desenvolvimento da mineração, que foram:

- I Plano Mestre Decenal de Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil (PMD) (1965-1974);
- II Plano Mestre Decenal de Mineração (PMD) (1980-1989);
- III Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral (PPDSM) (1995-2010).

Na elaboração e condução desses planos, relativos ao setor mineral, foram implementadas, após diagnósticos e propostas, várias ações, incluindo revisões legais, reformas estruturais e administrativas, além de programas setoriais, para dar suporte a esses planos, tais como:

- Fundo Nacional de Mineração (Lei n.º 4.425/1964);
- Código de Mineração (Decreto-lei n.º 227/1967);
- Criação da CPRM (Decreto-lei n.º 764/1969);
- Criação do Projeto RADAM (Portaria MME n.º 2.048/1970);
- Programa Grande Carajás, 1985;
- Transformação do DNPM em autarquia (1994);
- Emenda Constitucional n.º 6/1995.
- Reformulação da legislação mineral (Lei n.º 9.314/1996);
- Privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (1997)
- Reestruturação do DNPM (Decreto n.º 3.576/2000);
- Lançamento do Projeto de Reestruturação Institucional do Setor Mineral (PRISMA) em 2001.

Estudos de política e economia mineral. DNPM Ministério de Minas e Energia, v. 8, cap. 1. Brasília, 1995 (com adaptações).

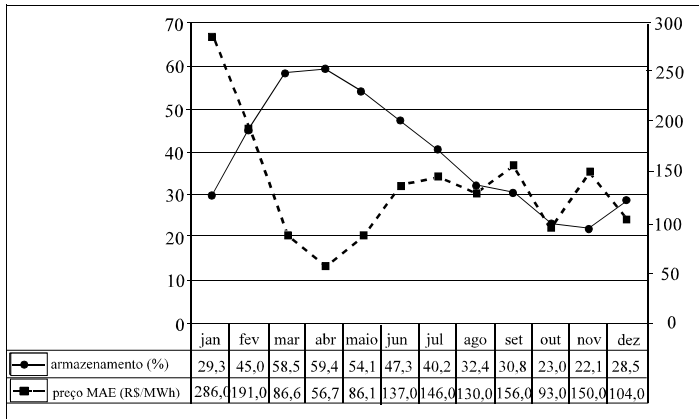


demais minerais, exceto petróleo e gás

Julgue os itens que se seguem, com relação ao assunto do texto ao lado e dos gráficos acima.

- ❶ Em uma avaliação geral, os planos de desenvolvimento do setor mineral e os programas efetivados no período de 1964 a 1992 tiveram um desempenho médio, com relação à evolução dos indicadores de conhecimento, dos volumes de reservas e de produção. Contribuiu positivamente a consistência do I PMD, que estabelecia metas, recursos necessários e meios de execução, redundando na revelação de várias províncias minerais, como é o caso de Carajás e outros depósitos minerais, permitindo o crescimento da produção e da exportação mineral brasileira, principalmente nas décadas de 80 e 90 do século passado, enquanto o II PMD e o PPDSM compreenderam um conjunto de diretrizes para nortear a política mineral brasileira, em meio à estagnação e estabilização econômica do país.
- ❷ O efeito dos investimentos governamentais na geração do conhecimento geológico básico e na administração das concessões feitos na década de 70 do século passado ainda persistiram, embora com uma pequena redução, induzindo as inversões privadas até 1989. A partir daí, observou-se uma forte queda nos investimentos, principalmente atribuída ao esgotamento das informações geológicas, com a descontinuidade dos levantamentos básicos.
- ❸ Com o início do aproveitamento de Carajás a partir de 1985, o impacto regional foi imediatamente sentido no PIB do estado do Pará, que cresceu significativamente até 1987, ao tempo em que a indústria extrativa mineral do estado cresceu extraordinariamente, atingindo 13% do produto mineral bruto brasileiro. Esse crescimento incrementou, também, o valor, da produção mineral brasileira.
- ❹ A partir da década passada, reagindo às mudanças no cenário econômico internacional e aos desafios da globalização, iniciou-se o desmonte do modelo econômico estatizado, com as privatizações do setor de fertilizantes, e, depois, da CVRD, de modo que, hoje, a única empresa estatal atuando na exploração mineral, visando a descoberta de novas jazidas, é a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).
- ❺ De acordo com as propostas do PPDSM, o MME, após ampla consulta, elaborou o projeto denominado PRISMA, que está em vias de ser encaminhado ao Congresso Nacional, instituindo o novo Estatuto da Mineração, criando a Agência Nacional de Mineração como órgão regulador do setor mineral e transformando a CPRM no Serviço Geológico do Brasil. Ao mesmo tempo, estão sendo processadas mudanças na estrutura interna do MME, tornando a Secretaria de Minas e Metalurgia em um verdadeiro núcleo estratégico de formulação, acompanhamento e avaliação da política setorial.

**QUESTÃO 75**



O gráfico acima mostra a variação do armazenamento de energia no reservatório equivalente da região Sudeste (SE), em porcentagem de sua capacidade máxima, durante o ano de 2000, e a variação do preço do mercado atacadista de energia (MAE), nesse mesmo ano. A partir dessas informações e sabendo que o armazenamento máximo nesse reservatório equivalente é da ordem de 160 GWmês, julgue os itens a seguir.

- ❶ Do ponto de vista econômico, não deve haver relação entre o preço MAE e o nível dos reservatórios, como mostra o gráfico, uma vez que o primeiro reflete as variações do mercado de energia e o segundo, apenas a quantidade de água em reservatórios.
- ❷ Pode-se inferir do gráfico que o preço MAE é influenciado por diversos fatores.
- ❸ Dadas as características do consumo de energia elétrica no Brasil, a sazonalidade da curva de armazenamento é reflexo direto da sazonalidade da carga do sistema elétrico brasileiro.
- ❹ A diferença de 5,3% no armazenamento entre os meses de maio e de abril de 2000 indica que a quantidade de energia consumida na região SE nesse período foi da ordem de 8,5 GWmês.
- ❺ Dadas as características do sistema hidrelétrico brasileiro, o preço da energia elétrica no Brasil é altamente dependente do nível de hidráulidade dos rios existentes no país.

**QUESTÃO 76**

A Lei n.º 8.987, de 13/2/1995, que dispõe acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviço público previsto no artigo 175 da Constituição da República, apresenta alterações significativas da política tarifária em relação à norma anterior. Com base nessa lei, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A tarifa de um serviço público deve ser fixada pelo custo do serviço.
- ❷ A tarifa de um serviço público não está subordinada à legislação específica anterior à referida lei.
- ❸ Os contratos de prestação de serviço público podem prever mecanismos de revisão de tarifa a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro.
- ❹ Sempre que forem atendidas as condições de contrato de prestação de serviço público, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.
- ❺ As tarifas de serviço público não podem ser diferenciadas por regiões.

**QUESTÃO 77**

O sistema elétrico brasileiro passa por profundas mudanças em sua estrutura. A produção, a transmissão e a distribuição de energia elétrica, que, em sua maioria, eram monopólios estatais, estão passando por um processo de reestruturação e privatização. Nesse contexto e com relação à atual estrutura do sistema energético brasileiro, julgue os itens abaixo.

- ❶ A distribuição de energia elétrica, por constituir monopólio natural, continua com os seus ativos em poder do Estado, uma vez que não é possível a competição nesse ramo de atividade, como vêm mostrando diversos modelos de sistemas internacionais.
- ❷ As empresas de transmissão de energia elétrica não estão privatizadas no Brasil.
- ❸ A produção de energia elétrica, seja ela hidrelétrica ou termelétrica, é considerada atividade sujeita à competição.
- ❹ As empresas produtoras de energia elétrica, sejam elas hidrelétricas ou termelétricas, necessitam de concessão de uso de bem público, como prevê a Constituição da República.
- ❺ Aos denominados consumidores livres é assegurado o livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

**QUESTÃO 78**

No que se refere às agências reguladoras e à utilização dos recursos hídricos no Brasil, julgue os itens seguintes.

- ❶ Visando garantir independência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com relação aos poderes Executivo e Legislativo, as receitas da agência são exclusivamente oriundas da cobrança da taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica, correspondente a 0,5% do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado.
- ❷ A outorga de direitos de uso de recursos hídricos deve ser efetivada exclusivamente por ato do Poder Executivo federal.
- ❸ Para fins de desapropriação, a ANEEL pode declarar a utilidade pública das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários de energia elétrica.
- ❹ Com o objetivo de propiciar maior liberdade ao mercado de energia elétrica, a comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica independe de autorização da ANEEL.
- ❺ Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados.

**QUESTÃO 79**

Com relação ao mercado brasileiro de energia elétrica e à crise energética vivida pelo país em 2001, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considerando o perfil de consumo de energia elétrica brasileira, a classe industrial é a responsável pela maior parcela de consumo de energia elétrica, seguida da classe residencial.
- ❷ A crise energética de 2001 deveu-se principalmente ao fato de a capacidade instalada de geração de energia elétrica não ter crescido, principalmente no período de 1998 a 2000, enquanto o consumo continuou crescendo.
- ❸ Examinando-se as condições elétricas operativas dos sistemas interligados das regiões brasileiras, verifica-se que a crise energética deflagrada em 2001 caracteriza-se tanto pela escassez de energia, quanto pela incapacidade de atendimento às cargas no horário de ponta de carga.
- ❹ Todo novo consumidor, cuja carga de consumo de energia elétrica seja igual a 3 MW ou maior, atendido em qualquer tensão, pode escolher o fornecedor com quem irá contratar sua compra de energia elétrica.
- ❺ Diante da necessidade de estimular o aumento da oferta de energia elétrica, a partir da crise verificada em 2001, ficaram dispensados de concessão, permissão ou autorização os aproveitamentos de potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 1 MW e a implantação de usinas termelétricas de potência igual ou inferior a 5 MW, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente.

**QUESTÃO 80**

Considerando os aspectos relacionados à concessão dos serviços públicos de energia elétrica, julgue os itens a seguir.

- ❶ A expressão **tarifa binômia** refere-se à cobrança de preços diferenciados pela energia elétrica consumida no horário de ponta de carga e fora dele.
- ❷ O custo do transporte utilizado pelas redes de distribuição é livremente negociado entre as partes, sem interferência da ANEEL.
- ❸ Os contratos de concessão de serviço público de energia elétrica podem conter cláusula que estabeleça o compromisso de investimento mínimo anual da concessionária destinado a atender à expansão do mercado e à ampliação e modernização das instalações vinculadas ao serviço.
- ❹ Existe legislação específica que obriga as concessionárias de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica a aplicarem, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final.
- ❺ Não é permitida a transferência da concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente.